

## **A ACESSIBILIDADE NA URI – SÃO LUIZ GONZAGA: A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ACESSÍVEL A TODOS**

The Accessibility in the URI - São Luiz Gonzaga: The Construction of a University Accessible To All

**Samuel Vargas MUNHOZ<sup>1</sup>**  
**Andriéli Aparecida Salbego LANÇANOVA<sup>2</sup>**  
**Lizandra Andrade NASCIMENTO<sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

O texto relata as ações do projeto de Iniciação Científica intitulado “A Acessibilidade na URI - São Luiz Gonzaga – A Construção de uma universidade acessível a todos”, cujo objetivo primordial é diagnosticar a realidade atual da IES, mapear as estratégias a serem operacionalizadas com vistas à construção de uma Universidade acessível a todos. As discussões a respeito da acessibilidade perpassam os debates sobre a educação contemporânea, sobretudo a partir da publicação de documentos significativos, tais como os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de julho de 2013; o Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior (IFES - 2013); a Nota Técnica 385/2013; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação 2015. Além disso, enfrentar os desafios da inclusão torna-se imperativo em um momento em que presenciamos o aumento do número de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Superior, que entre 2000 a 2010, atingiu 933,6%, totalizando 13.403 estudantes na rede particular. Por meio deste projeto, foram implementadas melhorias na infraestrutura da Universidade e averiguadas as percepções da comunidade acadêmica acerca da inclusão, a partir da aplicação dos questionários. Os dados obtidos apontam a necessidade de ampliar as discussões a respeito da acessibilidade, especialmente no que trata da questão atitudinal, posto que a efetivação da acessibilidade demanda, sobretudo, mudanças a nível de concepções e posturas. Também é digno de nota o fato de que os docentes indicam o aspecto pedagógico como mais desafiador no momento atual da URI-SLG, demandando formação continuada/permanente para que os professores consigam adequar as suas propostas pedagógicas aos distintos sujeitos com os quais trabalham. Diante do exposto, averiguamos que a pesquisa propiciou constatações importantes, as quais podem embasar a elaboração conjunta de estratégias para a materialização da acessibilidade e dos princípios da inclusão educacional. Em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da instituição, busca-se garantir o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior e a concretização de políticas de acessibilidade.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Fisioterapia da URI – São Luiz Gonzaga. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: samuel.munhoz9@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Fisioterapia da URI – São Luiz Gonzaga. Voluntária na Projeto Acessibilidade na URI-SLG. E-mail: andrielisalbego@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora orientadora. Doutora em Educação – UFPel. Docente na URI – SLG. E-mail: lizandra\_a\_nascimento@yahoo.com.br

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior. URI-SLG.

**ABSTRACT:**

The text reports the actions of the Scientific Initiation project entitled "Accessibility in the URI - São Luiz Gonzaga - The Construction of a University accessible to all", whose main objective is to diagnose the current reality of the institution, to map the strategies to be operationalized with views the construction of a accessible university to all. The discussions on accessibility go through the debates on contemporary education, especially since the publication of significant documents such as the Accessibility Reference in Higher Education and the In-Place Assessment of the National Higher Education Assessment System (SINAES) of July 2013; the Include Program: Accessibility to Higher Education Program (IFES - 2013); Technical Note 385/2013; the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities - Law 13,146 / 2015, which establishes the Statute of Persons with Disabilities; and the 2015 Graduation Course Evaluation Instrument. In addition, meeting the challenges of inclusion becomes imperative at a time when we are witnessing an increase in the number of enrollments of people with disabilities in Higher Education, which between 2000 and 2010 reached 933.6%, totaling 13,403 students in the private education. Through this project, were made improvements in the University's infrastructure and the perceptions of the academic community about the inclusion were verified, from the application of the questionnaires. The information obtained points out the need to broaden the discussions about accessibility, especially in what concerns the attitudinal issue, since the effectiveness of accessibility demands, above all, changes in conceptions and attitudes. It is also noteworthy that teachers indicate the pedagogical aspect as more challenging in the present moment of the URI-SLG, demanding continuous / ongoing training so that teachers can adapt their pedagogical proposals to the different subjects with whom they work. Given the above, we found that the research provided important findings, which may support the joint elaboration of strategies for the materialization of accessibility and the principles of educational inclusion. In partnership with the Center for Accessibility of the institution, it seeks to guarantee access and permanence of people with disabilities in higher education and the implementation of accessibility policies.

**Key Words:** Accessibility. Inclusion. Higher education. URI-SLG.

**Introdução**

As discussões a respeito da acessibilidade perpassam os debates sobre a educação contemporânea, sobretudo a partir da publicação de documentos significativos, tais como os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de julho de 2013; o Programa Incluir: acessibilidade à Educação Superior (IFES - 2013); a Nota Técnica 385/2013; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação 2015.

O termo acessibilidade, historicamente, é proposto para designar condições de acesso das pessoas com deficiência associada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. Inicialmente era descrita como condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, numa clara alusão às condições de acesso a edifícios e meios de transporte (ARAÚJO, 2009; TORRES, 2002). Atualmente, a acessibilidade é descrita como um paradigma da inclusão,

entende-se que as barreiras são mais complexas e vão além da questão mobilidade e infraestrutura (WAGNER, 2010).

A URI, ao longo do VII Seminário de Formação Continuada de Gestores da URI, oportunizou a reflexão sobre o tema, por meio da conferência “Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior: desafios políticos e pedagógicos”, ministrada pelas educadoras Maria Cláudia Dal’Igna e Miriam Dolores Baldo Dazzi, propiciando a discussão do aumento do número de matrículas de pessoa com deficiência no Ensino Superior, que entre 2000 a 2010, atingiu 933,6%, totalizando 13.403 estudantes na rede particular. A partir daí, constituiu-se um Grupo de Trabalho – GT, coordenado pela Reitoria da Universidade, conforme Portaria nº 2103, para a elaboração do Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão da URI. O referido Programa foi aprovado pelo Conselho Universitário, de acordo com o Parecer 4102.03/CUN/2017.

Diante desse cenário, o Projeto de Iniciação Científica Acessibilidade na URI – São Luiz Gonzaga, contribui para a consolidação do Programa e para tornar a URI-SLG um espaço plenamente acessível, com adequação de todos os espaços na universidade, visto que a mesma apresentava barreiras arquitetônicas sanadas pelo projeto em parceria com o núcleo de acessibilidade e o conselho gestor, através da elaboração do diagnóstico das barreiras arquitetônicas na instituição para a direção, objetivando garantir a acessibilidade arquitetônica, verificando quais os desafios para a efetivação do processo inclusivo, efetivando a acessibilidade, de fato, a todos.

Neste estudo, relatamos os resultados obtidos na etapa de aplicação de questionários junto aos distintos segmentos da comunidade acadêmica – docentes, funcionários técnico administrativos e acadêmicos dos Cursos de Graduação da URI-SLG, perscrutando a percepção dos mesmos sobre acessibilidade e inclusão, possibilitando identificar os avanços e as fragilidades no contexto da pesquisa e elaborar estratégias para possíveis transformações, para de fato, garantir acessibilidade e tornar a instituição inclusiva e acessível a todos.

## **Revisão da Literatura e Fundamentos Teóricos**

De acordo com os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2013), acessibilidade é concebida como condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa que necessite de atendimento diferenciado.

De acordo com Arendt (1972, p. 247), a educação revela o quanto amamos nosso mundo e desejamos evitar que ele seja destruído pela chegada dos novos e a conseqüente introdução da novidade. E, ao mesmo tempo, expressa nosso amor pelas crianças, de maneira que possamos acolhê-las em um mundo formado por objetos e fatos dignos de serem lembrados e onde possam iniciar séries novas de acontecimentos. Obviamente, a educação não é responsável sozinha pela transformação da sociedade nem pela resolução de problemas sociais e políticos frente aos quais não temos sido competentes. É necessário que a sociedade como um todo se articule na busca de soluções viáveis para tais problemas. Contudo, o sistema educacional não pode negligenciar suas responsabilidades diante do processo de inclusão.

Para dar conta da inclusão, as instituições educativas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior necessitam de uma série de medidas que incluem os aparatos tecnológicos e a infraestrutura, bem como a formação e a capacitação dos profissionais, destacando-se nesse íterim, a almejada constituição de equipes interdisciplinares.

Para Mantoan (2007), incluir significa:

[...] a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Atuar na educação inclusiva constitui-se como um desafio considerável, envolvendo a mudança de paradigmas e a busca de conhecimentos que propiciem uma atuação competente, tendo como aspecto norteador a educação como direito de todos. Posto que, a partir disso, todos os esforços devem convergir para um processo educativo que propicie, a todos, oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências e à construção de conhecimentos, respeitadas as peculiaridades de cada indivíduo. Ou seja, não se trata de padronizar, de esperar que todos aprendam no mesmo ritmo e na mesma profundidade; mas, de oportunizar a todos experiências de ensino e aprendizagem que tragam aos sujeitos muito mais do que informações, lhes possibilite compreender o mundo, aos outros e a si mesmos, realizando-se como seres humanos, inseridos em uma comunidade efetivamente acolhedora.

Assim sendo, o processo de inclusão supoe muito mais do que a adequação física e arquitetônica, implicando na ressignificação das posturas e atitudes frente às diferenças e na transformação das práticas educacionais, possibilitando o exercício pleno da cidadania, o combate à exclusão e ao estabelecimento de relações equitativas. Isso demanda o envolvimento das distintas esferas sociais, pautando-se em legislações que fundamentem políticas públicas de acessibilidade e garantam direitos a todos.

Para Ferreira (2007), inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas sim preparar esse ambiente para recebê-la. Nessa perspectiva, [...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facilitem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (CARVALHO, 1999 apud FERREIRA, 2007, p. 44).

Sasaki (1997) considera que a efetivação da inclusão social e educacional vincula-se a princípios como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência com diferentes grupos sociais e a aprendizagem através da cooperação. Trata-se, pois, da construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e principalmente na mentalidade de todas as pessoas, como também das pessoas com necessidades especiais. Inclusão e exclusão são facetas de uma mesma realidade: discutir mecanismos para viabilizar a inclusão social, econômica, digital, cultural ou escolar significa admitir a lógica intrinsecamente excludente presente nos atuais modos de organização e produção social que se quer modificar (MATISKEI, 2004).

Em se tratando especificamente do Ensino Superior, os Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior e Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Nacional (SINAES – 2013, p. 12) ressaltam que, no encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva, é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Segundo estes Referenciais, tendo em vista a educação inclusiva e os pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que:

1. identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
2. estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
3. pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
4. reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
5. promove acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.

O presente projeto pretende investigar e cooperar para a efetivação de estratégias que propiciem a configuração da URI – São Luiz Gonzaga como IES socialmente responsável, capaz de promover a inclusão dos diferentes sujeitos, compreendendo suas peculiaridades e buscando a superação de barreiras sociais, econômicas e culturais, pela vivência de direitos sociais e do exercício da cidadania. Almeja-se, também, a prática da intersetorialidade e da transversalidade em busca de uma educação inclusiva, voltada à formação ampla e holística, incluindo as dimensões técnico-científicas, ético-políticas e estéticas da educação. Nesse contexto, busca-se a inclusão dos estudantes, bem como dos docentes, funcionários técnico-administrativos e da comunidade em geral.

Dessa maneira, além de viabilizar o atendimento aos requisitos legais e normativos da acessibilidade, almejamos contribuir para o fortalecimento da Universidade como espaço democrático, igualitário e acessível, primando pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, com respeito às suas especificidades e limitações.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

- Analisar as condições de acesso das pessoas com deficiência à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – São Luiz Gonzaga, compreendendo a realidade e os desafios para a implementação e a otimização de políticas públicas de acessibilidade e educação inclusiva.

### **Objetivos Específicos**

- Investigar sobre as condições de acessibilidade na URI-SLG.
- Mapear aspectos significativos da trajetória da instituição no que tange à inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, identificando as tipologias de deficiência incluídas, os avanços, os impasses e os desafios a serem enfrentados para a ampliação da acessibilidade.
- Analisar os recursos (arquitetônicos, materiais e humanos), conhecendo o histórico de constituição do Núcleo de Acessibilidade da URI-SLG e sua atuação no contexto da Universidade.
- Estabelecer diálogo a respeito dos desafios para o desenvolvimento da inclusão das pessoas com deficiência, debatendo sobre os setores que apresentam fragilidades e as estratégias para superá-las, constituindo redes de apoio.
- Compreender os aspectos atitudinais, físicos, arquitetônicos, digitais, pedagógicos e de mobilidade relacionados à inclusão das pessoas com deficiência para acessar o ensino superior e incluir-se efetivamente na comunidade acadêmica.
- Conhecer as condições de acesso urbano em São Luiz Gonzaga e equipamentos (recursos) da

URI-SLG e de seu entorno, indagando sobre as condições de acessibilidade universal.

- Acompanhar e apoiar a implementação de políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência e de acessibilidade na URI – São Luiz Gonzaga, contribuindo para a obtenção de resultados favoráveis nos processos avaliativos do Ensino Superior.

### **Material e Métodos**

O projeto contempla as seguintes etapas:

1 – Elaboração de um diagnóstico situacional das atuais condições de inclusão de pessoas com deficiência na URI – São Luiz Gonzaga. O diagnóstico será elaborado em parceria com a equipe do Núcleo de Acessibilidade da instituição.

2 – Levantamento do histórico da acessibilidade na URI-SLG, mapeando os casos de inclusão de pessoas com deficiência na Universidade (quantificação, identificação da tipologia das deficiências, recursos e profissionais envolvidos, etc.).

3 – Entrevista com o Conselho Gestor da URI-SLG: Direção Geral e Coordenadores de Cursos, para conhecer os avanços, as fragilidades e os desafios para a efetivação das políticas de inclusão. Os Coordenadores serão indagados sobre as concepções de inclusão presentes nos currículos dos cursos.

4 – Entrevista com docentes do Ensino Superior, conhecendo suas percepções a respeito da acessibilidade e as vivências relativas à inclusão no decorrer de sua atuação na docência universitária.

5 – Entrevista com funcionários técnico-administrativos para compreender suas concepções acerca da inclusão e seus relatos sobre os casos vivenciados na instituição.

6 – Entrevista com acadêmicos, verificando seus posicionamentos sobre a forma como a URI-SLG está atuando na inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior e suas percepções sobre a relevância deste processo.

7 e 8 – Elaboração do diagnóstico da realidade, a partir da análise crítica dos dados obtidos por meio das entrevistas, mapeando as barreiras urbanas e sociais a serem superadas para viabilizar a acessibilidade.

9 – Mapeamento de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência.

10 – Elaboração de relatório final com análise qualitativa com base em bibliografia atual, sobre a temática da diversidade e da acessibilidade, e na documentação e legislação atual sobre a temática da pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa, em conformidade com o Parecer - CAAE: 48083615.1.0000.5354. O detalhamento da metodologia utilizada consta no projeto submetido à PROPEPG, sendo que foram observadas as recomendações da Resolução n.º 466/2012, no que concerne aos preceitos éticos.

### **Resultados**

Contemplando o Plano de Trabalho, foram aplicados os questionários junto aos distintos segmentos da comunidade acadêmica da URI-SLG, averiguando as percepções dos mesmos sobre a inclusão no Ensino Superior. Assim sendo, conhecemos as concepções e posicionamentos dos indivíduos, estabelecendo um comparativo entre os integrantes dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Engenharia Elétrica, Direito e Fisioterapia a respeito da acessibilidade.

Obtivemos o retorno de vinte e nove questionários de professores e trinta e quatro de funcionários técnico-administrativos. Traçando-se o perfil dos participantes, verificamos que entre os docentes há o predomínio de pessoas do gênero masculino (51,7%) e, entre os funcionários

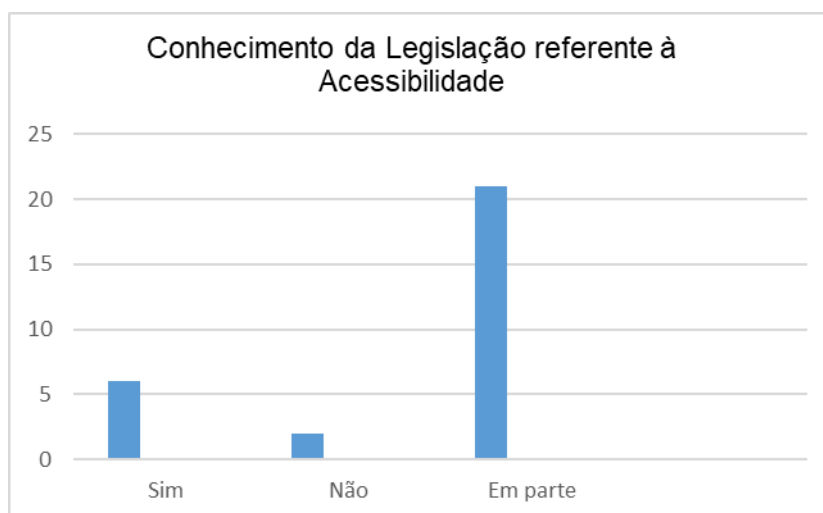
predominam as pessoas do gênero feminino (53%). No segmento professores, a faixa etária estende-se dos vinte e cinco a mais de sessenta anos, sendo que 3,45% situa-se na faixa etária de até vinte e cinco anos; 58,62% possuem de 26 a 40 anos; 27,58% possuem de 41 a 60 anos; e 10,35% possuem mais de sessenta anos.

No tange aos funcionários técnico-administrativos, observamos que 59% dos funcionários estão entre 1 a 5 anos na universidade, 26% estão a menos de 1 ano, 15% estão a mais de 10 anos na instituição e entre 6 a 10 anos não há funcionários. Em relação a faixa etária existe o predomínio de funcionários entre 26 a 40 anos e os funcionários que responderam ao nosso questionário, encontram-se 5 dos 16 aos 25, 10 entre os 41 e 60 e nenhum acima de 60 anos.

No segmento acadêmicos, obtivemos o retorno de sessenta e quatro questionários, sendo 12 do curso de Ciências Contábeis, 11 de Direito e de Administração, respectivamente; 10 dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Engenharia Elétrica, respectivamente. E a faixa etária dos acadêmicos estende-se dos vinte e cinco a mais de sessenta anos, sendo que 53,1% situa-se na faixa etária de até vinte e cinco anos; 37,5% possuem de 26 a 40 anos; 7,81% possuem de 41 a 60 anos; e apenas 1,56% possuem mais de sessenta anos.

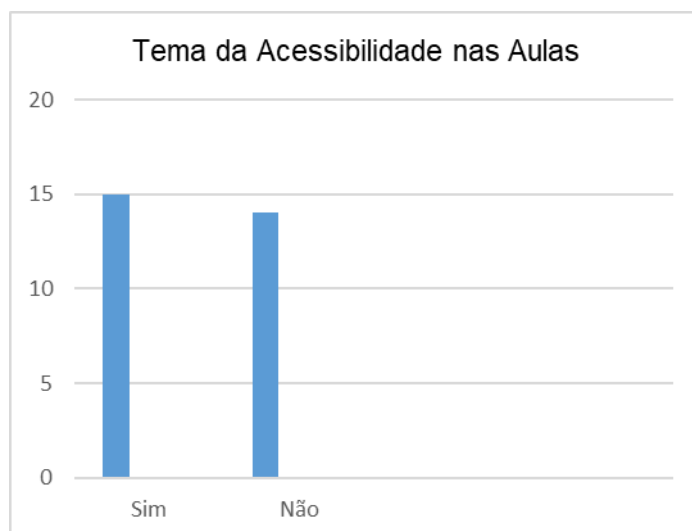
### Discussão dos Resultados

Ao indagarmos o segmento docentes sobre a legislação referente à acessibilidade, observamos um nível relativo de conhecimento destas leis, posto que, os professores afirmaram conhecer em parte a legislação; - 20,7% dos professores afirmam conhecer as leis; - 6,9% referem desconhecer-las; e 72,4% consideram que as conhecem em parte. O gráfico a seguir demonstra tais escores.



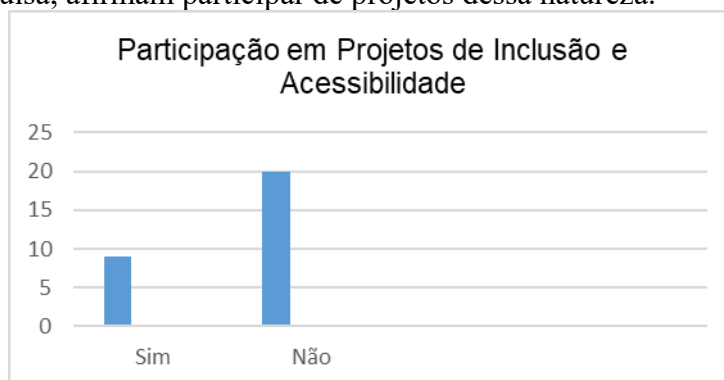
**Gráfico 1** – Nível de Conhecimento da Legislação sobre a Acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Quanto à importância da temática da acessibilidade, os docentes foram unânimes ao afirmar que esta é relevante e necessária. Sobre a presença da temática nas aulas ministradas, 51,7% dos professores consideram que a acessibilidade perpassa suas práticas pedagógicas. Os demais 48,3%, explicitaram que o tema não é contemplado nas aulas que ministram no Ensino Superior, nos distintos cursos de graduação da URI – São Luiz Gonzaga.



**Gráfico 2** – Exploração da temática da acessibilidade nas aulas ministradas  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Em se tratando da participação em projetos relacionados à inclusão e à acessibilidade, percebemos que a mesma ainda é bastante restrita. Isso porque, apenas 31% dos docentes, participantes da pesquisa, afirmam participar de projetos dessa natureza.

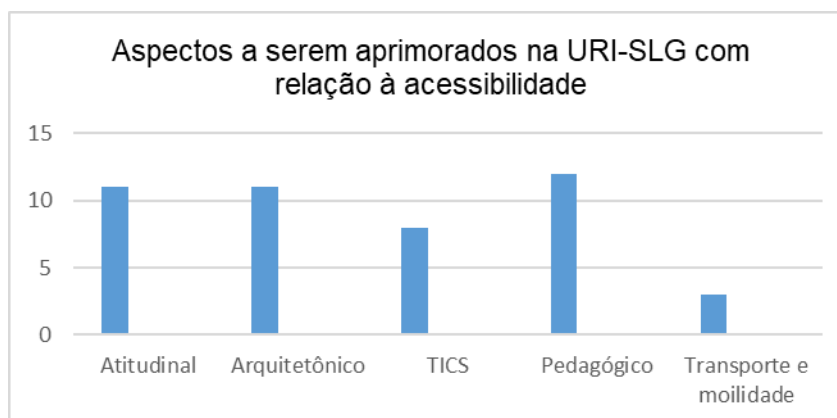


**Gráfico 3** – Participação em Projetos de Inclusão e Acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Questionamos sobre a presença de pessoas com deficiência na URI – São Luiz Gonzaga, os docentes reconhecem que há pessoas incluídas na Universidade e são unânimes ao definir a instituição como espaço inclusivo, bem como ao considerar importante a inclusão de acadêmicos, professores e funcionários com deficiência. Quanto à própria prática pedagógica, perguntamos sobre a adaptação das metodologias, 62% dos professores que responderam ao questionário, relatam que não realizam adaptações em suas propostas para atender ao público incluído.

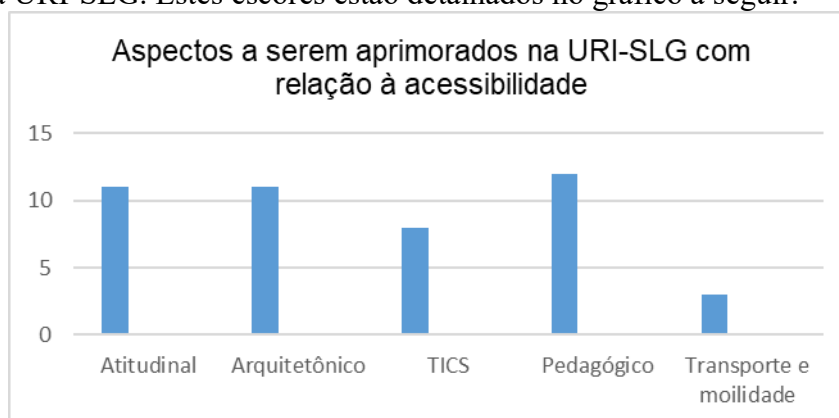
No que concerne aos desafios para a inclusão, os docentes descreveram como mais complexo o âmbito atitudinal, seguindo pelo arquitetônico e o pedagógico. Especificamente, em se tratando da URI-SLG, indicam que a Universidade precisa avançar nos aspectos pedagógicos, principalmente, seguido dos fatores atitudinais e arquitetônicos, como demonstra o gráfico seguinte.





**Gráfico 4** – Aspectos a serem aprimorados na URI-SLG com relação à acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

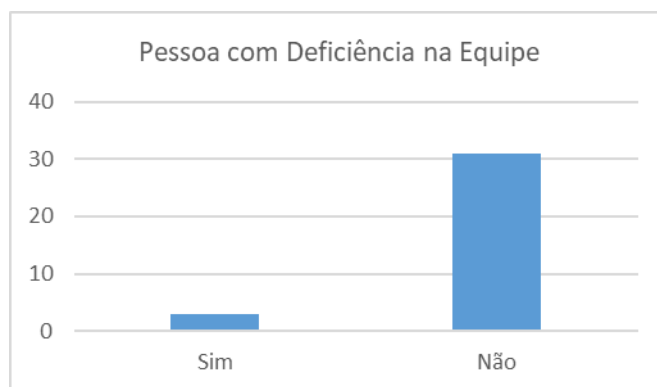
Quanto ao envolvimento dos docentes no processo inclusivo, 51,7% dos professores participantes relatam que contribuem com a inclusão na Universidade, 10,3% referem que não cooperam com este processo e 38% afirmam contribuir parcialmente para a efetivação da acessibilidade na URI-SLG. Estes escores estão detalhados no gráfico a seguir.



**Gráfico 5** – Contribuições dos docentes para o processo de inclusão na URI-SLG  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

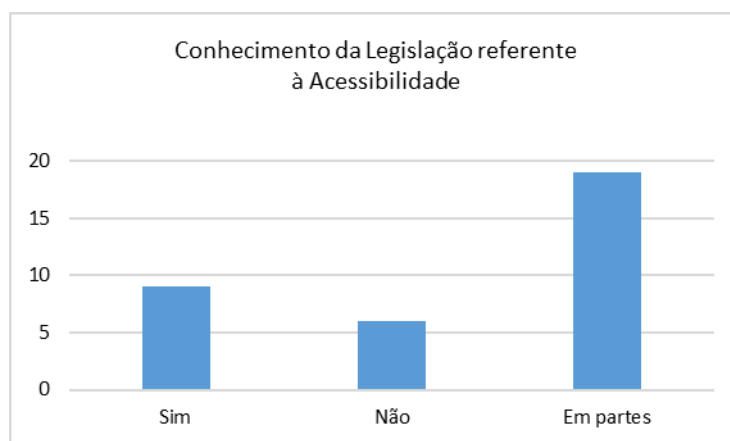
Em linhas gerais, estas são as percepções dos professores apuradas a partir da aplicação do questionário. Tais posicionamentos propiciam a compreensão das circunstâncias atuais e dos desafios a serem enfrentados para a implementação da acessibilidade plena na IES. Estes dados podem ser comparados às concepções dos funcionários técnico-administrativos, complementando a análise do perfil dos profissionais que atuam na URI-SLG, especialmente no tocante às suas compreensões e posturas frente à questão da acessibilidade.

Analisando-se os posicionamentos dos funcionários da instituição, constatamos que, com relação ao reconhecimento da deficiência, apenas 3 dos 34 técnicos-administrativos alegaram algum tipo de deficiência, condizendo com a política da URI que respeita e inclui pessoas com algum tipo de deficiência no seu quadro de funcionários.



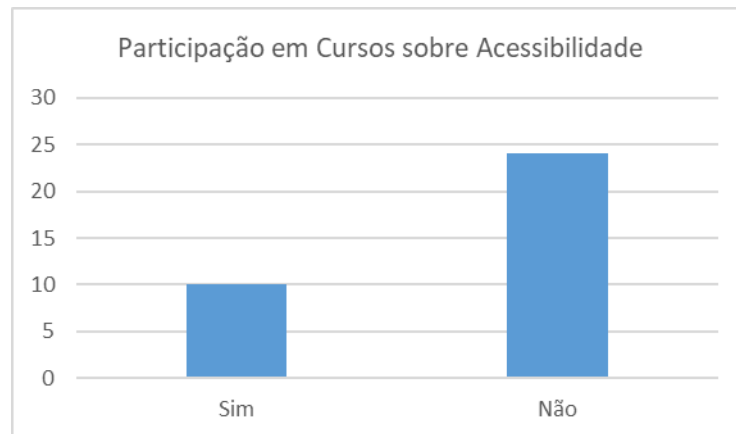
**Gráfico 6** – Pessoa com deficiência entre os funcionários  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Quando questionados sobre seu nível de conhecimento referente à acessibilidade, 18% responderam que não têm conhecimento da legislação, 27% responderam que conhecem a legislação e 56% dos funcionários responderam que seu conhecimento é limitado mas já tem um entendimento básico sobre o assunto e alguns dos funcionários responderam que conhecem algumas normas e leis por causa das palestras e atividades propostas pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade.



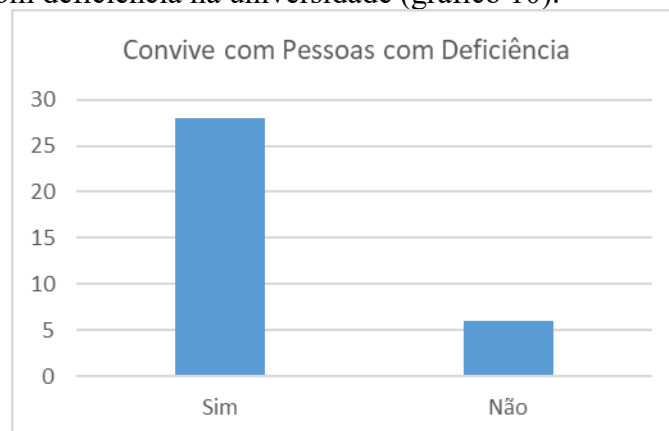
**Gráfico 7** – Conhecimento da Legislação referente à Acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Em sua totalidade, os funcionários consideram o tema inclusão e acessibilidade de extrema relevância e relataram a importância do processo de mudança para uma universidade acessível a todos. Quando questionados sobre sua participação em eventos/cursos/palestras sobre acessibilidade, identificamos um dado curioso, 29% dos sujeitos da pesquisa relataram que participam de eventos sobre a temática, mas 71% dos funcionários responderam que não participam de eventos. Dado esse que nos fez elaborar mais estratégias e eventos sobre acessibilidade como a palestra sobre o núcleo de acessibilidade para o SIIPAT e a elaboração do I Encontro de Acessibilidade buscando uma maior adesão e interesse dos funcionários para com o tema.

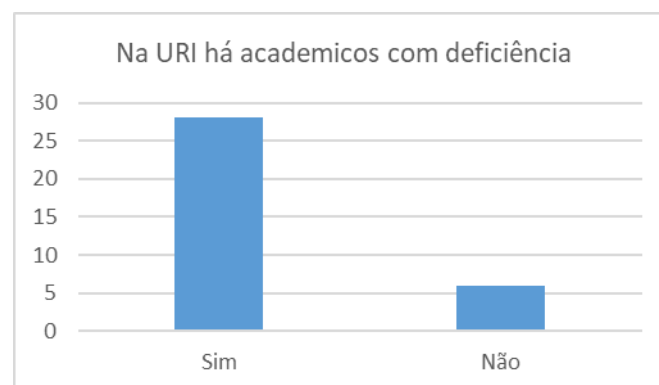


**Gráfico 8** – Participação em Cursos sobre Acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Nas perguntas subsequentes, buscamos identificar se os funcionários convivem com pessoas com deficiência e se os mesmos sabem que na universidade estão matriculados alunos e professores com deficiência. Em relação ao convívio, 82% dos funcionários convivem com pessoas com deficiência seja em sua vida pessoal ou profissional e apenas 17% não convivem com pessoas com deficiência (gráfico 9). E quando perguntados sobre a existência de alunos com deficiência, 82% sabem que há na universidade alunos com algum tipo de deficiência e 18% desconhecem que estão matriculados pessoas com deficiência na universidade (gráfico 10).

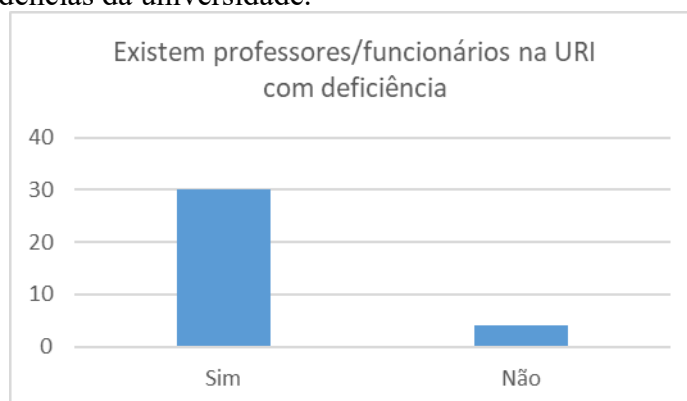


**Gráfico 9** – Convive com Pessoas com Deficiência  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto



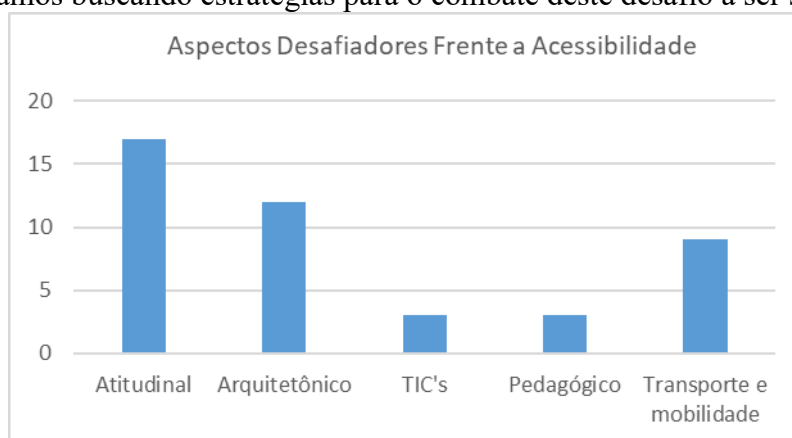
**Gráfico 10** – Na URI há acadêmicos com deficiência  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Quando indagamos sobre a existência de funcionários e professores trabalhando na universidade com algum tipo de deficiência 89% dos funcionários responderam que sim e apenas 11% responderam que não sabem que há professores e funcionários com algum tipo de deficiência trabalhando nas dependências da universidade.



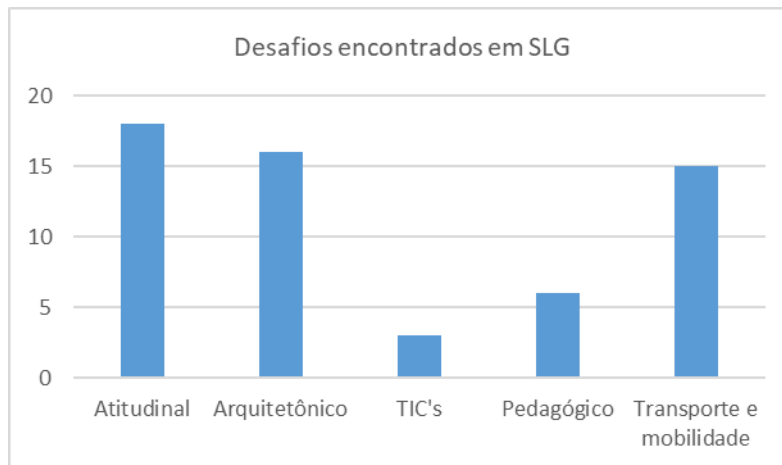
**Gráfico 11** – Existem professores/funcionários na URI com deficiência  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Ao serem questionados sobre os desafios frente à acessibilidade, 50% indicaram o quesito atitudinal como principal fator a ser enfrentado. Por esta razão, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade estamos buscando estratégias para o combate deste desafio a ser sanado.



**Gráfico 12** – Aspectos Desafiadores Frente a Acessibilidade  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Com relação às fragilidades da Universidade, 58% dos funcionários apontaram a questão de acessibilidade arquitetônica, relatando a falta de pisos táteis, sinalização e placas em braile. A partir disso, contatamos o Núcleo de Acessibilidade, elaboramos um projeto com rota acessível, necessidade de placas em braile, piso tátil e entregamos para a direção da universidade que realizou a compra dos materiais para em consonância com a missão e visão da URI tornarmos a nossa universidade plenamente acessível e inclusiva.

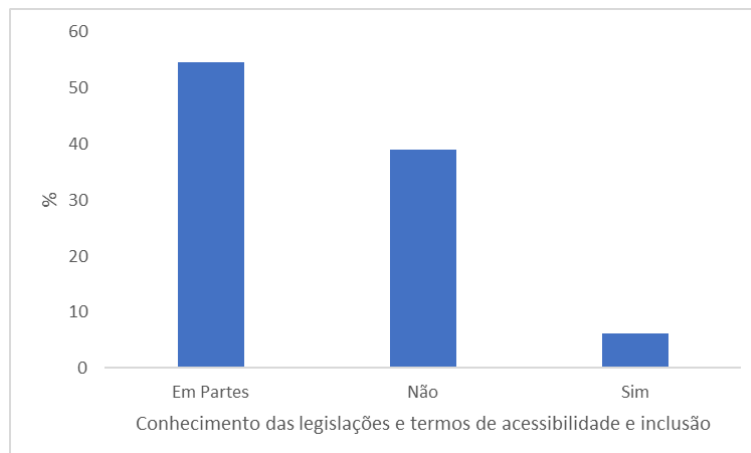


**Gráfico 13** – Desafios encontrados em São Luiz Gonzaga (SLG)

Elaborado pela equipe do projeto

**Fonte:**

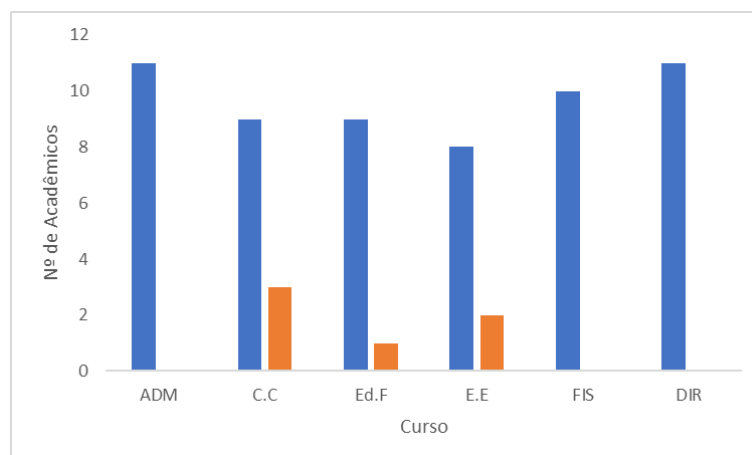
Entre os acadêmicos, observamos que o conhecimento dos termos e legislações vigentes sobre acessibilidade e inclusão torna-se fundamental para promover transformações e melhorias no convívio social e acadêmico. Ao indagarmos sobre a compreensão dessa temática, observamos que apenas 6,25% dos respondentes afirma conhecer as legislações, 39,06% desconhecem e 54,6% sabem em partes.



**Gráfico 14** – Conhecimentos dos acadêmicos sobre acessibilidade e inclusão

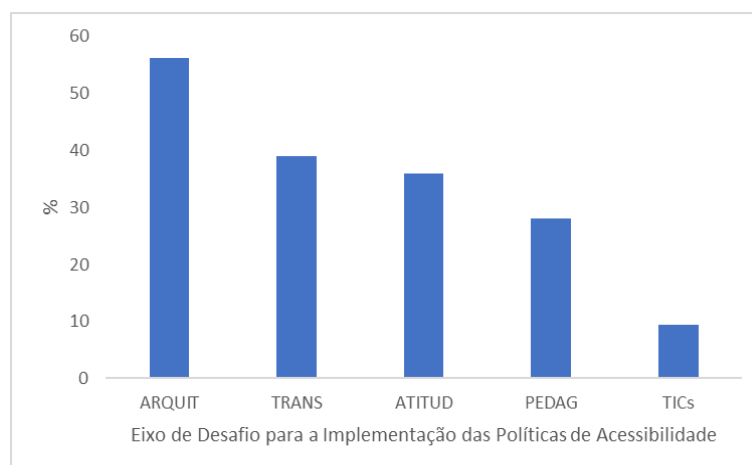
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

No geral, averiguamos que 90,6% dos acadêmicos consideram significativa a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Comparando-se as opiniões dos distintos cursos, observamos que 25% dos acadêmicos de Ciências contábeis, 10% de Educação Física e 20% de Engenharia Elétrica não consideram importante a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade, onde nas colunas em cor azul são afirmações positivas sobre a importância da inclusão e as de cor laranja correspondem ao aluno que não acha essencial a inclusão no ensino superior.



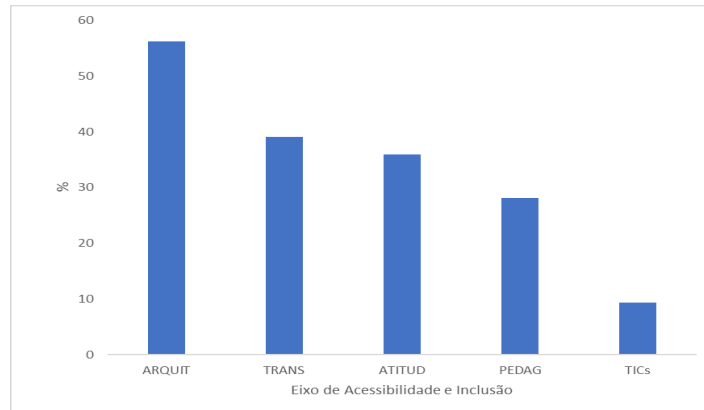
**Gráfico 15** - Importância da inclusão de pessoas com deficiência no ES  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Na ótica dos acadêmicos respondentes, os desafios para a acessibilidade plena relacionam-se, principalmente a questões arquitetônicas. Isso porque, avaliaram o grau de dificuldade para a consolidação da inclusão, do seguinte modo: aspectos arquitetônicos (56,25%); meios de transporte (39,06%); questões atitudinais (35,93%); fatores pedagógicos (28,12%) e TIC's (9,3%), como demonstra o gráfico 16.



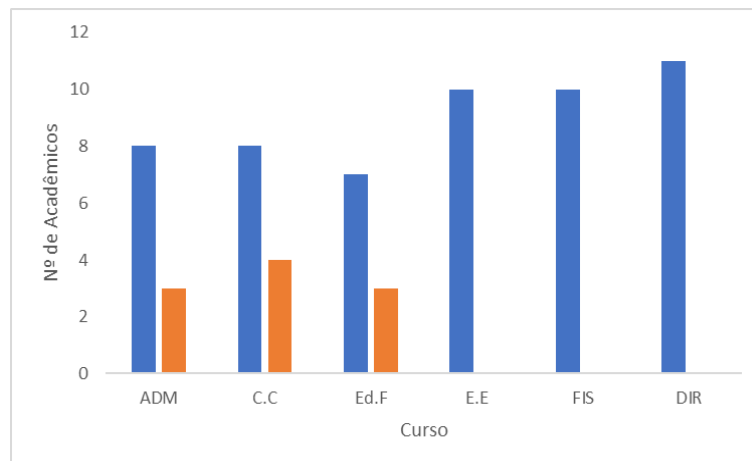
**Gráfico 16** – Desafios para a Implantação das Políticas de Acessibilidade Plena  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Quando questionarmos sobre os aspectos em que a URI-SLG precisa avançar em termos de acessibilidade, 55,07% dos acadêmicos relatam questões arquitetônicas, 36,23% meios de transporte, 28,95% mudanças pedagógicas, 20,28% questões atitudinais e 15,94% TIC's, como expressa o gráfico 17. Nesse sentido, verificamos a necessidade de intensificarmos a atuação do Núcleo de Acessibilidade, a fim de sensibilizar os estudantes sobre os aspectos atitudinais ligados a acessibilidade, posto que não basta aprimorar a infraestrutura, sem alterações nos posicionamentos e nas relações interpessoais.



**Gráfico 17-** Avanços necessários para a acessibilidade plena  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Sobre as contribuições de cada um para o processo inclusivo, 92,18% dos acadêmicos afirma contribuir positivamente para a concretização da acessibilidade, como demonstra o gráfico 18. Dentre as formas de cooperar com a inclusão, os respondentes apontam, principalmente, o respeito pelos outros e a defesa dos ideais da acessibilidade na URI-SLG e na sociedade como um todo.



**Gráfico 18-** Contribuição dos acadêmicos com o processo inclusivo.  
**Fonte:** Elaborado pela equipe do projeto

Finalizando o questionário aplicado junto aos acadêmicos, solicitamos sugestões para viabilizar a inclusão no ensino superior. As principais considerações dos acadêmicos foram as seguintes: - Ampliar o acesso a tecnologias, que permitam a inclusão de deficientes; - aumentar o número de rampas de acesso; - facilitar o acesso à URI São Luiz Gonzaga; - disponibilizar material ampliado; - facilitar o acesso para cadeirantes; - oferecer acompanhamento acadêmico para os alunos que solicitarem; - desenvolver mais pesquisas sobre o tema; - instalar um banheiro em cada andar, com acesso facilitando com rampas.

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários permitem compreender as percepções dos professores, dos funcionários e dos acadêmicos da URI – São Luiz Gonzaga a respeito da acessibilidade. As opiniões e posicionamentos expressam o entendimento de que a inclusão, além de um direito, é uma questão de enriquecimento das relações interpessoais, acolhendo as diferenças e aprendendo com as mesmas. No entanto, é preciso avançar, posto que há, ainda, posturas contrárias aos investimentos em acessibilidade e relativo desconhecimento de todos

os aspectos envolvidos, restringindo-se à questão arquitetônica. Ou seja, é preciso perceber que incluir implica aprimorar a infraestrutura, mas também requer mudanças em termos de atitudes, propostas pedagógicas, tecnologias e mobilidade.

## Conclusão

Vivemos, na contemporaneidade, a urgência pela humanização das relações interpessoais e pela superação de preconceitos e discriminações. Defender a acessibilidade constitui-se como passo decisivo para a erradicação da exclusão e para a aceitação das diferenças, percebendo-as não como empecilhos, mas como fator de enriquecimento da sociedade, por possibilitar a diversidade.

O projeto “Acessibilidade na URI-SLG”, juntamente com o Núcleo de Acessibilidade, oportuniza o espaço para o aprofundamento de debates e para a compreensão das percepções do Conselho Gestor da URI-SLG: Direção Geral e Coordenadores de Cursos, dos docentes do Ensino Superior, dos funcionários técnico-administrativos, dos acadêmicos e de representantes da comunidade, averiguando dados sobre as condições de acesso no meio universitário. Conhecer a realidade é indispensável para nela atuar com a eficácia e a eficiência almejadas, entendendo as demandas e os desafios a serem enfrentados.

O mapeamento do contexto atual propicia a elaboração de estratégias para o enfrentamento da exclusão e a construção da cidadania das pessoas com deficiência. Dessa maneira, espera-se cooperar para dar visibilidade ao tema e para a melhoria progressiva da inclusão das pessoas com deficiência no contexto universitário, bem como contribuir com o Núcleo de Acessibilidade da URI-SLG no sentido de aprimorar as políticas e as ações de inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

Dessa forma, além de discutir sobre os aspectos atitudinais, físicos, arquitetônicos, digitais, pedagógicos e de mobilidade relacionados à inclusão, é salutar que sejam ampliados os espaços de reflexão sobre a temática, buscando a superação das barreiras que ainda entram a mobilidade urbana em São Luiz Gonzaga e o acesso ao Ensino Superior na URI-SLG. Por fim, a exemplo da Universidade, as demais instituições podem aprofundar e consolidar o processo de inclusão, a fim de que possamos, em breve, viver em uma sociedade humanizada, solidária e que respeita as diferenças.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. **São Paulo: Perspectiva**, 1972.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Avaliação de Cursos de Graduação**. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria dos Direitos de Cidadania/CORDE. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Brasília: 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. **Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001. p. 69.**
- BRASIL **Convenção** da Organização dos Estados Americanos. **Decreto N° 3.956/2001. Brasília, 2001. p. 02.**
- BELISÁRIO, J. Ensaio Pedagógicos. Construindo Escolas Inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto



Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, R. C. Representações sociais: dos modelos de deficiência à leitura de paradigmas educacionais. 219p, 2005. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Maria.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial, Santa Maria, n.27, p. 85-92, 2006.**

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.**

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. **27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.**

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cad. CEDES, Set. 1998, vol.19, no.46.**

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **Educar em revista, Curitiba, n.23, p. 185-202, 2004.**

MENDES. In: PALHARES, M. S; MARINS, S. S. (Org). Escola Inclusiva. São Carlos: **EduFSCAR, 2002.**

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. **Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.**

TESSARO. N. S. Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. **São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 45.**

SASSAKI, Romeu. **Revista Integração. MEC. Brasília, v.8, n.20, p.09-17, 1998. p.12.**